

comunhão parcial @beatriznamiestudies

↳ Trata-se do regime legal aplicado sempre que os cônjuges não escolherem outro por meio do pacto antenupcial; assim, é o que vigora no silêncio das partes ou nulidade do pacto antenupcial.

▶ Como regra geral, comunicam-se todos os bens (bens comuns) havidos durante o casamento, exceto se forem incomunicáveis. Assim, forma-se duas massas patrimoniais: bens comuns e bens particulares.

▶ após o casamento, os bens adquiridos se comunicam.

excluídos

da comunhão de bens

o que cada cônjuge possuía antes de casar, bem como os que vieram depois, por doação ou sucessão. Por outro lado, cada consorte responde pelos próprios débitos anteriores ao casamento.

divórcio

: em caso de divórcio, cada um ficará com a sua parte comum. Já em caso de morte, o cônjuge ou companheiro sobrevivente também ficará com sua parte exclusiva, herdará a parte do de cujus, e será meeiro da parte em conjunto.

▶ NÃO confundir meação com herança.

▶ são incomunicáveis os bens cuja aquisição tiver causa anterior ao casamento.

bens que não comunicam

→ bens que cada um possuía antes de casar; bens que receberam individualmente por doação / sucessão; obrigações anteriores; obrigações de atos ilícitos, salvo, se aproveitar ao casal; bens de uso pessoal, livros e instrumentos de profissão; proventos do trabalho pessoal; pensões ou rendas semelhantes.

bens que comunicam

→ bens adquiridos durante o casamento por título oneroso, ainda que no nome de um só cônjuge; bens adquiridos (no nome dos dois) por doação / por herança; benfeitorias em bens particulares; bens adquiridos por fato eventual (ex: loteria); frutos de bens comuns ou

___/___/___

particulares durante o casamento e frutos penderes ao tempo de cessar a comunhão.

@beatriznamiestudies